

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.449.412 - SP  
(2019/0040502-8)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : PEDRO MAXIMO DINIZ**  
**ADVOGADOS : HELENA MARIA DINIZ - SP080781**  
**CAROLINA DINIZ PANIZA - SP222244**  
**AGRAVADO : DOMINGOS ASSAD STOCCO**  
**ADVOGADOS : DOMINGOS ASSAD STOCCO (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP079539**  
**FÁBIO LUÍS MARCONDES MASCARENHAS - SP174866**

## **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Consoante entendimento da Segunda Seção desta Corte, a contratação de advogado para atuação judicial na defesa de interesses das partes não se pode constituir em dano material passível de indenização, porque inerente ao exercício regular dos direitos constitucionais de contraditório, ampla defesa e acesso à Justiça. Precedentes.
2. Agravo interno a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 19 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator